



Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói (COMAN) em 30 de março de 2021. Realizada em plataforma virtual de videoconferência (Google Meets).

Pauta:

- 1 - Leitura e aprovação da ata da última reunião;
- 2 - Câmaras Técnicas;
- 3 - Relatório Local Voluntário sobre Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Município de Niterói (Simone Gatti);
- 4 - Proposta de participação do Instituto Interamericano de Fomento à Educação, Cultura e Ciência como instituição convidada do COMAN;
- 5 - Assuntos Gerais.

Ata:

Estiveram presentes nessa reunião *online* os conselheiros: Victor de Moraes Lopes (SMARHS); Leandro Pontua (UFF); Sonia Maria Silva Rodrigues (NAI/FME); Henriette Guarnieri Tubbs (FMS); Mario Luis Fernando Grillo (PGM); Gonzalo Cuevas (CCRON); Ricardo Portugal (CLIN); Fernanda Mezzavilla (SMU); Liara William Gonçalves (SMC); Tainá Mocaiber e Valdir Costa (OAB); Jorge Rodrigues Silva (FAMNIT); Eduardo Maia (Firjan); e conselheira convidada Janie Garcia (LAHVI/UFF). Também estiveram presentes os seguintes ouvintes: Aline Braga; Allan de Souza Gama Teixeira; Anne Kassiadou; Catarina Kuo; Cynthia Gorham; Elissa Rasma; Gabriela da Silva; Iraci Caputo; João Ricardo; Raphael Braga; Severine Macedo; Simone Gatti e Yanca Borges.

O Secretário de Meio Ambiente e presidente do COMAN, Sr. Rafael Robertson de Oliveira Figueiredo esteve representado nesta reunião pelo Sr. Victor de Moraes Lopes, Secretário Executivo do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Niterói (COMAN). A ausência do Secretário de Meio Ambiente foi justificada pela sobreposição de reuniões no calendário de ações da Secretaria Meio Ambiente Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS).

No tópico leitura e aprovação da ata da última reunião, o estagiário da SMARHS, Lucas Thomaz Pessoa, após informar a pauta da presente reunião, realizou a leitura da ata da 2ª Reunião Ordinária de 2021. Após a apreciação da redação da ata, o Conselheiro Leandro Pontual (UFF), comunicou que havia feito, algumas observações, durante a 2ª reunião ordinária do conselho, que não constavam na ata. Uma delas diz respeito às trilhas-invasões na área da saída do túnel Charitas-Cafubá e nas proximidades da biquinha. A outra observação lembrada pelo conselheiro Leandro Pontual



(UFF), tratava-se da justificativa para a sua abstenção na votação da lei do Parque Natural Municipal de Niterói (PARNIT), no caso a abstenção se deu por não haver tempo hábil para uma avaliação técnica adequada.

Em seguida, o conselheiro Valdir Costa (OAB) questionou a ausência de seu nome na ata. Em resposta, o Secretário Executivo informou que, por hábito, estando o conselheiro titular presente, apenas registra-se em ata o nome deste. Após a manifestação e pedido de outros conselheiros no mesmo sentido, foi submetido a plenário a inclusão do nome de todos os presentes nas atas das próximas reuniões. Sendo em seguida determinado, por unanimidade e sem ressalvas, que, a partir da próxima reunião, constará em ata o nome de todos os presentes. Após essas considerações, a ata da 2ª reunião ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Niterói (COMAN), foi submetida a plenário, sendo aprovada por unanimidade e sem ressalvas.

Foi sugerido, pelo Secretário Executivo, Victor de Moraes Lopes, e aprovado pelos conselheiros uma inversão de pauta, na qual o ponto 3 “Relatório Local Voluntário sobre Objetivos do desenvolvimento Sustentável no Município de Niterói (Simone Gatti)”, passaria a ser apresentado antes do ponto 2 “Câmaras Técnicas”.

Assim sendo, passou-se a palavra para Simone Gatti, consultora da Organização das Nações Unidas (ONU). Inicialmente, destacou que, durante o momento de confecção do relatório, foi motivo de sua satisfação encontrar uma equipe qualificada no município, e com noções bem desenvolvidas de política urbana. Também destacou que o Relatório tem sua importância para a administração pública de Niterói, pois, além de demonstrar o que já está sendo feito, evidencia os desafios que o município deve enfrentar nos próximos anos para efetivar os objetivos da Agenda 2030.

Iniciando a apresentação do relatório, destacou que a parceria entre o Município de Niterói e a ONU se iniciou em 2017 através de um projeto chamado “Sistema de Responsabilidade Pública”, para medir, monitorar e informar sobre políticas urbanas sustentáveis na América Latina. Ao participar desse projeto, Niterói e outras cidades do continente latino-americano assumiram o compromisso de promover ações de sensibilização, disseminação e implementação, alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nesse sentido, Niterói sediou e participou de uma série de eventos relacionados ao projeto. Foi nesse contexto que surgiu o Relatório Local Voluntário sobre Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Município de Niterói.

No documento, buscou-se fazer uma leitura da gestão feita no município durante os anos de 2013 a 2019. Fez-se a ressalva que o relatório não contemplou o período da pandemia de Sars-CoV-2.

No relatório, foi constatado como principais desafios para o desenvolvimento sustentável, reverter o processo de segregação espacial, característico das cidades brasileiras e resolver os



problemas decorrentes do rápido crescimento urbano. Reiterou que esse planejamento é orientado no sentido de apontar como se pode atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável até 2030.

Simone Gatti, destacou que o plano “Niterói que Queremos” e o Plano de Desenvolvimento de Niterói são duas estruturas importantes, que permitiram a integração das ODS nas ferramentas de planejamento da cidade, uma vez que previam metas de curto médio e longo prazo, contando com participação da sociedade civil, para se buscar formas de superar os desafios futuros e atuais.

Em seguida, Simone Gatti comunicou que a escolha dos principais Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para cada cidade estava baseada com o alinhamento com o plano estratégico de cada município e, na cidade de Niterói, teve-se como foco a ODS nº 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), incluindo metas intrinsecamente ligadas à urbanização como mobilidade, acesso a espaços públicos seguros, gestão de resíduos sólidos e saneamento, dentre outras. Contudo, foi incluído, também, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de nº 3 (Saúde e Bem-estar) e 4 (Educação de Qualidade) como complemento à ODS nº 11.

Dentre os principais desafios estruturais para se alcançar tais objetivos, estão a segregação sócio espacial e o alto custo da terra, a necessidade de se reduzir o grande uso de carros individuais no tráfego do município; tornar os canais de participação mais eficazes; intensificar o uso e cuidado dos espaços públicos, dentre outras questões. Simone Gatti ressaltou que apenas trata-se de uma apertada síntese, e, por conta disso, não mencionou todos os desafios que deverão ser enfrentados.

No que diz respeito aos principais planos e medidas estratégicas da prefeitura, destacou o programa Enseada Limpa, que propõe ações integradas entre a prefeitura e a concessionária Águas de Niterói, relacionadas ao saneamento das comunidades, sobretudo na localidade de Jurujuba.; o programa pró-sustentável, e o programa Região Oceânica sustentável que visam catalisar o desenvolvimento sustentável desta região; o plano Niterói mais resiliente, que foca em intensificar as ações de fiscalização da cidade e fortalecer a capacidade de previsão de crise e monitoramento de áreas de risco; o programa Jovem Eco-Social, que seleciona jovens em situação de vulnerabilidade social para capacitação e trabalho relacionados ao meio ambiente, em parceria com o sistema “S”, além do uso inovador de ferramentas digitais a exemplo do Colab e do SigGeo.

Em seguida, disse que constatou poucos indicadores relativos a cada um dos temas abordados. Por conta disso, uma das sugestões feitas na parte final do relatório foi o recolhimento de novos índices e dados, além de estruturar os dados já existentes como informação pública. Continuando a elencar os desafios, Simone destacou que, quanto ao patrimônio natural, deve-se garantir a continuidade e finalização dos processos já em curso, além de implementar as infraestruturas das



unidades de conservação visando o fomento do uso público como estratégia de preservação, integrando as camadas mais vulneráveis a esses locais.

Em relação à redução das áreas de risco, disse que houve um avanço significativo no que diz respeito à atuação preventiva e no monitoramento, contudo ressaltou que é necessário aumentar a percepção de risco nas comunidades afetadas e lidar com a ocupação desordenada do solo através de programas habitacionais adequados para a população de menor renda, contudo, sem agravar a segregação espacial das comunidades periféricas.

Continuando sua fala, Simone Gatti abordou o tema pertinente ao ar e resíduos, destacando a necessidade de articular o plano municipal de saneamento ambiental integrado ao plano de habitação, além de elaborar metas anuais de curto e médio prazo para universalização dos programas de coleta seletiva, considerando a baixa incidência de lixo reciclado no município. Nesse sentido, sugeriu a realização de estudos para acelerar a substituição do uso de aterros sanitários, em prol da reciclagem.

Em seguida, destacou a necessidade de enfrentamento do uso exclusivo do automóvel particular, em detrimento do transporte coletivo e do transporte ativo e a necessidade de se realizar um monitoramento da qualidade do ar do município. Reiterou a importância de utilizar o fomento do uso ordenado das unidades de conservação como espaços públicos e de se desenhar uma política habitacional para se evitar o avanço do crescimento urbano sobre as áreas de preservação, vez que as unidades de conservação cumprem importante papel para o implemento da qualidade do ar.

Por fim elogiou o esforço da prefeitura em promover ações integradas por diferentes setores, voltadas ao desenvolvimento sustentável e à gestão econômica do município. Contudo, ainda há muito o que se fazer a respeito do planejamento participativo. Por fim, informou que o resultado final do relatório está no site da ONU habitat em versões em inglês e português e disse que o trabalho não está finalizado e espera retornar um dia ao município para poder analisar os avanços feitos.

Após a fala de Simone Gatti, uma representante do mandato do vereador, Paulo Eduardo Gomes, questionou a divulgação do relatório, sugerindo que poderia se buscar outros meios para que a população tenha mais acesso ao resultado final. Também questionou a respeito dos dados do Colab, uma vez que julga que a metodologia da ferramenta é questionável, e gera dados restritos. Também teceu críticas à administração municipal no que diz respeito a comunicação entre os órgãos uma vez que não há o conhecimento sobre o loteamento que julga ser devido. A representante do mandato também disse acreditar que a administração municipal poderia investir mais dinheiro em saneamento em áreas de comunidade uma vez que a prefeitura tem dinheiro em caixa.

Em resposta, Simone Gatti esclareceu que, pelo tempo reduzido que dispunha, utilizou as ferramentas que teve acesso embora fosse recomendado realizar uma análise mais detalhada



envolvendo todas as especificidades. Severine Macedo, servidora da SEPLAG, aproveitou o ensejo para enfatizar o esforço feito para montar o relatório e que tratava-se de uma ferramenta para que se inicie os diálogos para traçar metas futuras para a administração.

O Secretário Executivo, Sr. Victor de Moraes Lopes lembrou que o relatório também está disponível no site ObservaNit (<http://observa.niteroi.rj.gov.br/>). Em seguida, passou-se ao ponto pertinente às Câmaras Técnicas.

Desta feita, passou-se a palavra para a coordenadora da Câmara Técnica de Fauna Silvestre, Aline Moreno. A coordenadora informou que, na última reunião da referida C.T., ocorrida no dia, 24/03, discutiu-se os projetos de soltura realizados na área do Parque Estadual Serra da Tiririca (PESET), estando estes em fase de finalização. Comunicou que já foi iniciada a instalação de placas visando à prevenção do atropelamento da fauna silvestre e informou que, na última reunião da C.T., houve a apresentação da bióloga e taxidermista, Jaqueline Ribeiro voltada à criação de uma coleção biológica da fauna do PARNIT para exposição. Infelizmente, por conta da instabilidade na conexão, a coordenadora da C.T. de Fauna Silvestre foi obrigada a encerrar sua fala, vez que não conseguiu mais estar presente na reunião on-line. Nesse sentido, o estagiário da SMARHS, Lucas Thomaz Pessôa, completou os informes ao dizer que se pretende realizar uma segunda capacitação em gestão, manejo e conservação da fauna silvestre de Niterói. Além disso, foi comunicado que a C.T. de Educação Ambiental passaria a coordenação de Iraci da Silva Caputo.

Continuando o tópico a respeito das Câmaras Técnicas, passou-se a palavra para Allan de Souza Gama Teixeira, membro dos quadros da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS) e participante da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, para tratar dos informes relacionados à agroecologia. Inicialmente, Allan Gama destacou que as atividades voltadas relacionadas com a agroecologia iniciaram a partir do decreto Niterói Agroecológico (nº 13.771/2020), explicou que foi feito um levantamento junto ao Instituto Agroecológico de Niterói, para fazer um mapeamento dos agricultores presentes na cidade.

Em seguida, Allan comunicou que atualmente, há apenas 3 agricultores reconhecidos em Niterói com a declaração de aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), documento que permite aos agricultores acesso ao mercado institucional. Inicialmente, busca-se ampliar o acesso destes agricultores dentro da cidade, ampliar o número de agricultores cadastrados e fortalecer as redes de produção agroecológicas a partir da criação de corredores produtivos, com oferta de suporte técnico. Ressaltou que essa iniciativa faz parte do plano de retomada econômica do município de Niterói, além de servir como zonas de amortecimento em áreas próximas às unidades de conservação. Por último, falou que, embora possa parecer uma



realidade distante, já existem 72 agricultores cadastrados no Instituto Agroecológico de Niterói, porém a maioria ainda não possui a declaração de aptidão ao PRONAF.

Em seguida, Raphael Braga, coordenador da C.T. de Saneamento Ambiental, iniciou sua fala a respeito dos informes relativos à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Inicialmente, lembrou que, será feito um projeto piloto quanto a implementação da A3P na Secretaria de Meio Ambiente Recursos Hídricos e Sustentabilidade (SMARHS), para que, posteriormente, seja implementada a Agenda em todas as demais Secretarias localizadas no prédio da prefeitura. Está sendo realizada a fase de diagnóstico e levantamento de informações, sendo observado, inicialmente, as práticas adotadas na SMARHS quanto aos seguintes critérios: Consumo de Recursos Naturais (água e luz); Principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição, e obras realizadas. Além disso, no que diz respeito ao manejo de resíduos, pode ser observado que não há segregação de resíduos sólidos na SMARHS e tampouco possui mecanismos para economia de água (torneiras com fechamento automático, por exemplo). Quanto à energia elétrica, houve uma melhora no consumo ao se instalar interruptores individuais para cada sala, vez que antes toda a luz da Secretaria era ligada a partir de um único disjuntor. Também contribuiu para a melhora do consumo a substituição das antigas lâmpadas tubulares fluorescentes por lâmpadas tubulares de LED.

Foi constatado que será necessário capacitar a equipe de limpeza do prédio da prefeitura para coleta e condicionamento mais adequados de resíduos, vez que pretende-se instalar lixeiras seletivas em todas as salas da SMARHS, na medida do que for possível.

Mencionou-se que foi estabelecido contato com a Companhia de Limpeza de Niterói (CLIN) para intercâmbio de informações relacionadas ao trâmite na implementação da A3P.

Outra necessidade destacada foi a redução do volume de papel emitido no trâmite dos processos administrativos bem como o reduzir o espaço destinado ao armazenamento destes. Neste sentido, foi questionado à SEPLAG (Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle de Niterói) se havia viabilidade de se armazenar os processos digitalizados. Como resposta, informaram que o município de Niterói está aguardando a liberação do código fonte do sistema SEI, oferecido pelo TRF 4, para que se inicie os processos eletrônicos e sejam integrados ao E-cidade. Em seguida, perguntou-se aos conselheiros se havia algum questionamento a ser feito quanto aos informes da A3P.

Não havendo questionamentos, passou-se para o ponto “ Proposta de participação do Instituto Interamericano de Fomento à Educação, Cultura e Ciência (IFEC) como instituição convidada do COMAN”. Passou-se a palavra para Anne Kassiadou Menezes, representante do Instituto. Em um primeiro momento, ressaltou que a apresentação trata-se apenas de informar sobre o que é o IFEC para



que, posteriormente, os conselheiros possam decidir a pertinência de tal Instituto participar das reuniões do COMAN na qualidade de Instituição convidada.

Primeiramente, esclareceu que o instituto foi inaugurado em 2002 e tem sua sede no bairro de Santa Rosa. No entanto, sua atuação não se restringe apenas aos limites do município de Niterói. Também destacou que, no ano de 2005, foi inaugurado o Núcleo de Educação Ambiental do IFEC, no sentido de proporcionar uma maior participação da sociedade civil na preservação ambiental, uma vez que para isso, é necessário haver processos de formação e conscientização.

Foi esclarecido que o núcleo de educação ambiental do instituto, funciona lastreado em um tripé de atuação, existindo um eixo pedagógico, voltado a parte de sensibilização; um eixo de comunicação, e um eixo político, que consiste em ocupar espaços de gestão pública de forma a aumentar a participação da sociedade civil organizada na formulação de políticas públicas.

Ainda destacou diversas atuações que o IFEC teve ao longo de seus anos em prol da sensibilização ambiental e destacou que o Instituto é filiado da ONU desde 2009, mostrando o reconhecimento que esse instituto possui perante as Nações Unidas. Também ressaltou que o Instituto já realizou cursos de formação tanto para professores quanto para gestores públicos.

Após a fala de Anne, foi submetida aos conselheiros a participação do IFEC como instituição convidada tanto para o COMAN quanto para a C.T. de Educação Ambiental. Não havendo oposição foi aprovada a participação por unanimidade e sem ressalvas.

Finalmente, no ponto “Assuntos Gerais”, o Secretário Executivo se manifestou quanto aos questionamentos feitos na última reunião. Foi informado ao conselheiro Gonzalo Cuevas que a trilha do Rio João Mendes ainda está aberta, no entanto, para impedir que um grande número de pessoas tenha acesso à nascente, manteve-se a trilha um pouco mais fechada do que costumava ficar. Quanto ao pedido de intensificar a fiscalização na área da RESEX marítima e nas orlas de São Francisco e Charitas, comunicou que foi expedido um Ofício ao INEA e há uma reunião marcada junto à capitania dos portos para que se possa tornar a fiscalização mais eficaz. Também foi dito que as bibliografias pedidas à empresa ENGEIO na última reunião foram encaminhadas no e-mail junto com a pauta.

Sem mais, a reunião foi encerrada, ficando a próxima marcada para a última terça-feira (dia 27 – vinte e sete) do mês de abril do ano de 2021.

Esta ata, após ser lida e aprovada pelos conselheiros, segue subscrita por mim em caráter de resolução.



PREFEITURA
NITERÓI

MEIO AMBIENTE,
RECURSOS HÍDRICOS
E SUSTENTABILIDADE

Rafael Robertson de Oliveira Figueiredo
Secretário de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade
Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, Centro, Niterói, CEP: 240.020-206
Telefone: 2622-7631 / 2613-283 | E-mail: niteroismarhs@gmail.com
www.smarhs.niteroi.rj.gov.br